

REGULAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS LIGEIROS DE PASSAGEIROS - TRANSPORTES EM TÁXI.

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

- ▶Artigo 1.º - Legislação habilitante e aprovação
- ▶Artigo 2.º - Âmbito de aplicação
- ▶Artigo 3.º - Objecto
- ▶Artigo 4.º - Definições

CAPÍTULO II - ACESSO À ACTIVIDADE

- ▶Artigo 5.º - Licenciamento da actividade

CAPÍTULO II I - ACESSO E ORGANIZAÇÃO DO MERCADO

SECÇÃO I - LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS

- ▶Artigo 6.º - Veículos
- ▶Artigo 7.º - Licenciamento dos veículos

SECÇÃO II - TIPOS DE SERVIÇO E LOCAIS DE ESTACIONAMENTO

- ▶Artigo 8.º - Tipos de serviço
- ▶Artigo 9.º - Locais de estacionamento
- ▶Artigo 10.º - Alteração transitória de estacionamento fixo
- ▶Artigo 11.º - Fixação de contingentes
- ▶Artigo 12.º - Táxis para pessoas com mobilidade reduzida

CAPÍTULO IV - ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS

- ▶Artigo 13.º - Atribuição de licenças
- ▶Artigo 14.º - Abertura de concursos
- ▶Artigo 15.º - Publicitação do concurso
- ▶Artigo 16.º - Programa de concurso
- ▶Artigo 17.º - Requisitos de admissão a concurso
- ▶Artigo 18.º - Apresentação da candidatura
- ▶Artigo 19.º - Da candidatura
- ▶Artigo 20.º - Análise das candidaturas
- ▶Artigo 21.º - Critérios de atribuição de licenças
- ▶Artigo 22.º - Atribuição de licença
- ▶Artigo 23.º - Emissão da licença
- ▶Artigo 24.º - Caducidade da licença
- ▶Artigo 25.º - Prova de emissão e renovação do alvará
- ▶Artigo 26.º - Substituição das licenças
- ▶Artigo 27.º - Transmissão das licenças
- ▶Artigo 28.º - Publicidade e divulgação da concessão da licença
- ▶Artigo 29.º - Obrigações fiscais

CAPÍTULO V - CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO

- ▶Artigo 30.º - Prestação obrigatória de serviços
- ▶Artigo 31.º - Abandono do exercício da actividade
- ▶Artigo 32.º Transporte de bagagens e de animais
- ▶Artigo 33.º - Regime de preços
- ▶Artigo 34.º - Taxímetros

- ▶Artigo 35.º - Motorista de táxi
- ▶Artigo 36.º - Deveres do motorista de táxi

CAPÍTULO VI - CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO

- ▶Artigo 37.º - Entidades fiscalizadoras
- ▶Artigo 38.º - Contra-ordenações
- ▶Artigo 39.º - Competência para aplicação das coimas
- ▶Artigo 40.º - Falta de apresentação de documentos

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- ▶Artigo 41.º - Regime supletivo
- ▶Artigo 42.º - Casos omissos
- ▶Artigo 43.º - Regime transitório
- ▶Artigo 44.º - Norma revogatória
- ▶Artigo 45.º - Entrada em vigor

PREÂMBULO

O Decreto - Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, que regulamenta o acesso à actividade e ao mercado dos transportes de táxi, cometeu aos municípios responsabilidades ao nível do acesso e organização do mercado, continuando a administração central a deter as competências relacionadas com o acesso à actividade.

Relativamente ao acesso ao mercado, as câmaras municipais são competentes para o licenciamento dos veículos, fixação dos contingentes, e atribuição de licenças por meio de concurso público.

Quanto à organização do mercado, compete às Câmaras Municipais definir os tipos de serviço e fixar os regimes de estacionamento.

Por seu turno, foram-lhe ainda cometidos reforçados poderes ao nível da fiscalização, e em matéria contra - ordenacional.

Daí a necessidade urgente de proceder à regulamentação das normas jurídicas sobre a actividade de transporte público de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, constantes do Decreto - Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, com as alterações decorrentes da Lei n.º 156/99, de 14 de Setembro, nomeadamente quanto às matérias previstas nos seus artigos 14º, 16º e 22º.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

(Legislação habilitante e aprovação)

Ao abrigo do disposto no n.º 8, do artigo 112º, e artigo 241º, ambos da Constituição da República Portuguesa, em conjugação com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64º, e alínea a), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro, e tendo em vista o estabelecido no Decreto-lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, com as alterações decorrentes da Lei n.º 156/99, de 14 de Setembro, e da Lei n.º 106/2001, de 31 de Agosto, é aprovado o presente regulamento.

Artigo 2º
(Âmbito de aplicação)

O presente Regulamento aplica-se a toda a área do Município da Trofa.

Artigo 3º
(Objecto)

O presente regulamento aplica-se aos transportes públicos de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, como tal definidos pelo Decreto-lei n.º 251/98, de 11 de Agosto e legislação complementar, adiante designados por transportes em táxi.

Artigo 4º
(Definições)

Para efeitos do presente Regulamento considera-se:

- a. Táxi - o veículo automóvel ligeiro de passageiros afecto ao transporte público, equipado com aparelho de medição de tempo e distância (taxímetro) e com distintivos próprios, titular de licença emitida pela Câmara Municipal;
- b. Transporte em táxi - o transporte efectuado por meio de veículo a que se refere a alínea anterior, ao serviço de uma só entidade, segundo itinerário da sua escolha e mediante retribuição;
- c. Transportador em táxi - a empresa habilitada com alvará para o exercício da actividade de transportes em táxi.

CAPÍTULO II

ACESSO À ACTIVIDADE

Artigo 5º
(Licenciamento da actividade)

- 1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a actividade de transporte em táxi só pode ser exercida por sociedades comerciais ou cooperativas licenciadas pela Direcção - Geral de Transportes Terrestres, ou por empresários em nome individual no caso de pretenderem explorar uma única licença, e que sejam titulares do alvará previsto no artigo 3º do Decreto - Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto.
- 2. A actividade de transporte em táxis poderá ser exercida pelas pessoas singulares que, à data da publicação do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, exploravam a indústria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, titulares de uma única licença emitida ao abrigo do Regulamento de Transporte em Automóveis, desde que tenham obtido o alvará para o exercício da actividade de transportador em táxi, nos termos do n.º 2 do artigo 37.º daquele diploma.
- 3. A actividade de transporte em táxi poderá ainda ser exercida por trabalhadores por conta de outrem, bem como pelos membros de cooperativas licenciadas pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres e que preencham as condições de acesso e exercício da profissão.

CAPÍTULO III

ACESSO E ORGANIZAÇÃO DO MERCADO

SECÇÃO I

LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS

Artigo 6º

(Veículos)

1. No transporte em táxi só podem ser utilizados veículos automóveis ligeiros de passageiros de matrícula nacional, com lotação não superior a nove lugares, incluindo o do condutor, equipados com taxímetro e conduzidos por motoristas habilitados com certificado de aptidão profissional.
2. As normas de identificação, o tipo de veículo e outras características a que devem obedecer os táxis, são as estabelecidas na Portaria n.º 277 - A/99, de 15 de Abril, na redacção da Portaria n.º 1318/2001, de 29 de Novembro.

Artigo 7º

(Licenciamento dos veículos)

1. Os veículos afectos ao transporte em táxi estão sujeitos a uma licença a emitir pela Câmara Municipal, nos termos do capítulo IV do presente Regulamento.
2. A licença emitida pela Câmara Municipal é comunicada pelo interessado, à Direcção Geral de Transportes Terrestres, para efeitos de averbamento no alvará.
3. A licença do táxi e o alvará ou a sua cópia certificada devem estar a bordo do veículo.

SECÇÃO II

TIPOS DE SERVIÇO E LOCAIS DE ESTACIONAMENTO

Artigo 8º

(Tipos de serviço)

Os serviços de transporte em táxi são prestados em função da distância percorrida e dos tempos de espera, ou:

- a. À hora, em função da duração do serviço;
- b. A percurso, em função dos preços estabelecidos para determinados itinerários;
- c. A contrato, em função de acordo, reduzido a escrito, estabelecido por prazo não inferior a 30 dias, onde constam, obrigatoriamente, o respectivo prazo, a identificação das partes e o preço acordado.

Artigo 9º

(Locais de estacionamento)

1. Na área do Município da Trofa são permitidos os seguintes regimes de estacionamento:
 - a) CONDICIONADO - (Os táxis podem estacionar em qualquer dos locais reservados para o efeito, até ao limite dos lugares fixados). - A este regime de

estacionamento ficarão afectos os táxis atribuídos à cidade da Trofa e pertencentes às freguesias de: Santiago de Bougado e S. Martinho de Bougado.

b) FIXO - (Os táxis são obrigados a estacionar em locais determinados e constantes da respectiva licença). - A este regime de estacionamento ficarão afectos os táxis pertencentes às freguesias de:

S. Mamede do Coronado (Largo da Feira Nova);

S. Romão do Coronado (Estação dos caminhos de ferro);

Muro (Estação dos caminhos de ferro);

Guidões (Junto à Igreja).

2. Pode a Câmara Municipal, no uso das suas competências próprias em matéria de ordenação do trânsito, alterar, dentro da área para que os contingentes são fixados, bem como extinguir, os locais onde os veículos podem estacionar, ouvidos os interessados, organizações sócio-profissionais do sector e Junta de Freguesia local.
3. Excepcionalmente, por ocasião de eventos que determinam um acréscimo excepcional de procura, a Câmara Municipal poderá criar locais de estacionamento temporário dos táxis, em local diferente do fixado e definir as condições em que o estacionamento é autorizado nesses locais.
4. Os locais destinados ao estacionamento de táxis serão devidamente assinalados através de sinalização horizontal e vertical.
5. No regime de serviço definido para os locais de estacionamento dos táxis, estabelece-se a prioridade da prestação do serviço segundo a ordem de chegada ao local de estacionamento pelos táxis.
6. É proibido o estacionamento de táxis fora dos locais referidos no número 4.

Artigo 10º

(Alteração transitória de estacionamento fixo)

Nos dias das festas tradicionais de cada freguesia ficam todos os táxis licenciados para prestar serviço na área dessa freguesia autorizados a praticar o regime de estacionamento livre.

Artigo 11º

(Fixação de contingentes)

1. O número de táxis em actividade no Município será estabelecido por um contingente fixado pela Câmara Municipal e que abrangerá toda a área do Município.
2. A fixação de novo contingente será feita com uma periodicidade não inferior a dois anos e será sempre precedida da audição das entidades representativas do sector.
3. Na fixação do contingente, serão tomadas em consideração as necessidades globais de transporte em táxi na área municipal.
4. A Câmara Municipal fixa, em simultâneo com a aprovação do presente Regulamento, o seguinte contingente de táxis, por freguesias:

FREGUESIA	N.º TÁXIS	ESTACIONAMENTO	REGIME
S. Martinho de Bougado	5	Parque Nossa Senhora das Dores	Condicionado

Idem	2	Estação de Caminhos-de-Ferro	Condicionado
Idem	2	Hospital da Trofa	Condicionado
Idem	2	Mercado Municipal	Condicionado
Santiago de Bougado	2	Largo do Cruzeiro - Lagoa	Condicionado
Idem	1	Largo do Fontenário	Condicionado
Idem	2	Lugar de Souto de Bairros	Condicionado
S. Mamede do Coronado	1	Largo da Feira Nova	Fixo
S. Romão do Coronado	3	Estação de Caminhos-de-Ferro	Fixo
Muro	2	Estação de Caminhos-de-Ferro	Fixo
Guidões	1	Lugar da Igreja	Fixo

Artigo 12º

(Táxis para pessoas com mobilidade reduzida)

1. A Câmara Municipal poderá atribuir licenças de táxi para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida, desde que devidamente adaptados, de acordo com as regras definidas por despacho do Director Geral de Transportes Terrestres.
2. As licenças a que se refere o número anterior podem ser atribuídas pela Câmara Municipal fora do contingente e sempre que a necessidade deste tipo de veículos não possa ser assegurada pela adaptação dos táxis existentes no Município.
3. A atribuição de licenças de táxis para transporte de pessoas com mobilidade reduzida fora do contingente, será feita por concurso, nos termos estabelecidos neste Regulamento.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS

Artigo 13º

(Atribuição de licenças)

1. A atribuição de licença para o transporte em táxi é feita por concurso público, limitado a titulares de alvará emitido pela Direcção Geral de Transportes Terrestres.
2. O concurso público é aberto por deliberação da Câmara Municipal, de onde constará também a aprovação do programa de concurso.

Artigo 14º

(Abertura de concursos)

1. Será aberto um concurso público por cada freguesia ou grupos de freguesias tendo em vista a atribuição da totalidade das licenças do contingente dessa freguesia ou grupos de freguesias ou apenas de parte delas.
2. Quando se verifique o aumento do contingente ou a libertação de alguma licença poderá ser aberto concurso para atribuição das licenças correspondentes.

Artigo 15º

(Publicitação do concurso)

1. O concurso público inicia-se com a publicação de um anúncio na III Série do Diário da República.
2. O concurso será publicitado, em simultâneo com aquela publicação, num jornal de circulação nacional ou num de circulação local ou regional, bem como edital a afixar nos locais de estilo e obrigatoriamente na sede ou sedes de Junta de Freguesia para cuja área é aberto o concurso.
3. No período referido no número anterior o programa de concurso estará exposto para consulta do público nas instalações da Câmara Municipal.

Artigo 16º

(Programa de concurso)

1. O programa de concurso define os termos a que obedece o concurso e especificará, nomeadamente, o seguinte:
 - a) Identificação do concurso;
 - b) Identificação da entidade que preside ao concurso;
 - c) O endereço do Município, com menção do horário de funcionamento;
 - d) A data limite para apresentação das candidaturas;
 - e) Os requisitos mínimos de admissão ao concurso;
 - f) A forma que deve revestir a apresentação das candidaturas, nomeadamente modelos de requerimentos e declarações;
 - g) Os documentos que acompanham obrigatoriamente as candidaturas;
 - h) Os critérios que presidirão à ordenação dos candidatos e consequente atribuição de licenças.
2. Da identificação do concurso constará expressamente: a área, tipo de serviço para que é aberto e o regime de estacionamento.

Artigo 17º

(Requisitos de admissão a concurso)

1. Só podem apresentar-se a concurso as empresas titulares de alvará emitido pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres, assim como os trabalhadores por conta de outrem e os membros das cooperativas licenciadas pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres.
2. No caso de empresas titulares de alvará emitido pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres, estas deverão fazer prova de que se encontram em situação regularizada relativamente a dívidas de impostos ao Estado e contribuições para a Segurança social.
3. Para efeitos do número anterior, consideram-se que têm a situação regularizada os contribuintes que preencham os seguintes requisitos:
 - a. Não sejam devedores, perante a Fazenda Nacional, de quaisquer

- impostos ou prestações tributárias e respectivos juros;
 - b. Estejam a proceder ao pagamento das dívidas em prestações nas condições e termos autorizados;
 - c. Tenham reclamado, recorrido, ou impugnado judicialmente aquelas dívidas, salvo se, pelo facto de não ter sido prestada garantia nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário, não tiver sido suspensa a respectiva execução.
4. No caso dos trabalhadores por conta outrem, deverão apresentar os seguintes documentos:
- a. Certificado do registo criminal;
 - b. Certificado de capacidade profissional para o transporte em táxi;
 - c. Garantia bancária no valor mínimo exigido para constituição de uma sociedade.
5. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do presente artigo, o programa de concurso poderá fixar outros requisitos mínimos de admissão a concurso.

Artigo 18º (Apresentação da candidatura)

1. As candidaturas serão apresentadas por mão própria ou pelo correio até ao termo do prazo fixado no anúncio do concurso, no serviço municipal por onde corra o processo.
2. Quando entregues por mão própria, será passado ao apresentante recibo de todos os requerimentos, documentos e declarações entregues.
3. As candidaturas que não sejam apresentadas até ao dia limite do prazo fixado, por forma a nesse dia darem entrada nos serviços municipais, serão consideradas excluídas.
4. A não apresentação de quaisquer documentos a entregar no acto da candidatura, que devam ser obtidos perante qualquer entidade pública, pode não originar a imediata exclusão do concurso, desde que seja apresentado recibo passado pela entidade em como os mesmos documentos foram requeridos em tempo útil.
5. No caso previsto no número anterior, será a candidatura admitida condicionalmente, devendo aqueles ser apresentados nos dois dias úteis seguintes ao do limite do prazo para apresentação das candidaturas, findos os quais será aquela excluída.

Artigo 19º (Da candidatura)

1. A candidatura é feita mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara, de acordo com o modelo fornecido pela Câmara Municipal e deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
 - a) Documento comprovativo de que é titular do alvará emitido pela Direcção Geral de Transportes Terrestres;
 - b) Documento comprovativo de se encontrar regularizada a sua situação relativamente às contribuições para a segurança social;
 - c) Documento comprovativo de que se encontra em situação regularizada relativamente a impostos ao Estado;

- d) Documento comprovativo da localização da sede social da empresa;
 - e) Documento relativo ao número de postos de trabalho com carácter de permanência, afectos à actividade e com a categoria de motoristas referente aos 2 anos anteriores ao concurso;
2. Para demonstração da localização da sede social da empresa é exigível a apresentação de uma certidão emitida pela Conservatória do Registo Comercial.
 3. No caso de trabalhadores por conta de outrem, exigem-se os documentos referidos no n.º 4 do artigo 17.º deste regulamento.

Artigo 20º

(Análise das candidaturas)

Findo o prazo a que se refere o n.º 1 do artigo 18.º, o serviço por onde corre o processo de concurso, apresentará à Câmara Municipal, no prazo de 10 dias, um relatório fundamentado com a classificação ordenada dos candidatos para efeitos de atribuição da licença, de acordo com o critério de classificação fixado.

Artigo 21º

(Critérios de atribuição de licenças)

1. Na classificação dos concorrentes e na atribuição de licenças serão tidos em consideração os seguintes critérios de preferência, por ordem decrescente:
 - a) Localização da sede social na freguesia para que é aberto o concurso;
 - b) Localização da sede social em freguesia da área do Município;
 - c) Número de anos de actividade no sector;
 - d) Número de postos de trabalho com carácter de permanência, afectos a cada viatura, referente aos dois anos anteriores ao do concurso;
 - e) Localização da sede social em município contíguo;
2. A cada candidato será concedida apenas uma licença em cada concurso, pelo que deverão os candidatos, na apresentação da candidatura, indicar as preferências das freguesias a que concorrem.

Artigo 22º

(Atribuição de licença)

1. A Câmara Municipal, tendo presente o relatório apresentado, dará cumprimento aos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, dando aos candidatos o prazo de 15 dias para se pronunciarem sobre o mesmo.
2. Recebidas as reclamações dos candidatos, serão as mesmas analisadas pelo serviço que elaborou o relatório de classificação inicial, e que apresentará à Câmara Municipal um relatório final, devidamente fundamentado, para decisão definitiva sobre a atribuição de licença.
3. Da deliberação que decida a atribuição de licença deve constar obrigatoriamente:
 - a) Identificação do titular da licença;
 - b) A freguesia, ou área do Município, em cujo contingente se inclui a licença atribuída;
 - c) O tipo de serviço que está autorizado a praticar;
 - d) O regime de estacionamento e o local de estacionamento, se for caso disso;
 - e) O número dentro do contingente;
 - f) O prazo para o futuro titular da licença proceder ao licenciamento do veículo,

nos termos dos artigos 7.º e 23.º deste Regulamento.

Artigo 23º
(Emissão da licença)

1. Dentro do prazo estabelecido na alínea f) do artigo anterior, o futuro titular da licença apresentará o veículo para verificação das condições constantes da Portaria n.º 277 - A/99, de 15 de Abril, na redacção da Portaria n.º 1310/2001, de 29 de Novembro.
2. Após a vistoria ao veículo nos termos do número anterior, e nada havendo a assinalar, a licença é emitida pelo presidente da Câmara Municipal, a pedido do interessado, devendo o requerimento ser feito em impresso próprio fornecido pela Câmara Municipal, e ser acompanhado dos seguintes documentos, os quais serão devolvidos ao requerente após conferência:
 - a) Alvará de acesso à actividade emitido pela Direcção Geral de Transportes Terrestre;
 - b) Certidão emitida pela Conservatória do Registo Comercial, ou bilhete de identidade no caso de pessoas singulares;
 - c) Livrete do veículo e título de registo de propriedade;
 - d) Declaração do anterior titular da licença, com assinatura reconhecida presencialmente nos casos em que ocorra a transmissão da licença prevista no artigo 26.º do presente Regulamento;
 - e) Licença emitida pela Direcção Geral de Transportes Terrestres, no caso de substituição das licenças previstas no artigo 25.º deste Regulamento.
3. Pela emissão da licença e averbamentos, é devida uma taxa no montante estabelecido na Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Taxas e Licenças.
4. A Câmara Municipal devolverá ao requerente um duplicado do requerimento devidamente autenticado, o qual substitui a licença por um período máximo de 30 dias.
5. A licença obedece ao modelo e condicionalismo previsto no Despacho n.º 8894/99 (2.ª Série) do Director Geral de Transportes Terrestres (D.R. n.º 104, de 05/05/99).

Artigo 24º
(Caducidade da licença)

1. A licença do táxi caduca nos seguintes casos:
 - a) Quando não for iniciada a exploração no prazo fixado pela Câmara Municipal, ou, na falta destes, nos 90 dias posteriores à emissão da licença;
 - b) Quando o alvará emitido pela Direcção Geral de Transportes Terrestres não for renovado;
 - c) Quando houver abandono de exercício da actividade nos termos definidos no artigo 31.º do presente Regulamento.
 - d) Quando houver substituição do veículo.
2. As licenças para a exploração da indústria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, emitidas ao abrigo do Regulamento em Transportes Automóveis (RTA), aprovado pelo Decreto n.º 37 272, de 31 de Dezembro de 1948, e suas posteriores alterações, caducam em 31 de Dezembro de 2002.
3. Em caso de morte do titular da licença dentro do referido prazo, o prazo de caducidade será contado a partir da data do óbito.

4. No caso de substituição do veículo deverá proceder-se a novo licenciamento de veículo observando para o efeito a tramitação prevista no artigo 23.º do presente Regulamento, com as necessárias adaptações.

Artigo 25º

(Prova de emissão e renovação do alvará)

1. Os titulares das licenças a que se refere o n.º 2 do artigo anterior devem fazer prova da emissão do alvará no prazo máximo de 30 dias após o decurso do prazo ali referido, sob pena de caducidade das licenças.
2. Os titulares de licenças emitidas pela Câmara Municipal devem fazer prova da renovação do alvará no prazo máximo de 10 dias, sob pena da caducidade das licenças.
3. Caducada a licença, a Câmara Municipal determina a sua apreensão, a qual tem lugar na sequência de notificação ao respectivo titular.

Artigo 26º

(Substituição das licenças)

1. As licenças a que se refere o n.º 2 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, serão substituídas pelas licenças previstas no presente Regulamento, até 31 de Dezembro de 2002, a requerimento dos interessados e desde que estes tenham obtido o alvará para o exercício da actividade de transportador em táxi.
2. Nas situações previstas no número anterior, e em caso de morte do titular da licença a actividade pode continuar a ser exercida pelo cabeça-de-casal, provisoriamente, mediante substituição da licença pela Câmara Municipal.
3. O processo de licenciamento obedece ao estabelecido nos artigos 7.º e 23.º do presente Regulamento, com as necessárias adaptações.

Artigo 27º

(Transmissão das licenças)

1. Durante o período de três anos a que se refere o artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, os titulares de licenças para exploração da indústria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros podem proceder à sua transmissão, exclusivamente para sociedades comerciais ou cooperativas com alvará para o exercício da actividade de transportador em táxi.
2. Num prazo de trinta dias após a transmissão da licença tem o interessado de proceder à substituição da licença, nos termos deste Regulamento.

Artigo 28º

(Publicidade e divulgação da concessão da licença)

1. A Câmara Municipal dará imediata publicidade à concessão da licença através de:
 - a) Publicação de aviso em Boletim Municipal, quando exista, e através de edital a afixar nos Paços do Município e nas sedes das juntas de freguesias abrangidos;
 - b) Publicação de aviso num dos jornais mais lidos na área do Município.
2. A Câmara Municipal comunicará a concessão da licença e o teor desta a:

- a) Presidente da Junta de Freguesia respectiva;
- b) Comandante da Guarda Nacional Republicana da Trofa;
- c) Direcção Geral de Transportes Terrestres;
- d) Direcção - Geral de viação;
- e) Organizações sócio-profissionais do sector;

Artigo 29º
(Obrigações fiscais)

No âmbito do dever de cooperação com a administração fiscal que impende sobre as autarquias locais, a Câmara Municipal comunicará à Direcção de Finanças respectiva a emissão de licenças para exploração da actividade de transporte em táxi.

CAPÍTULO V

CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO

Artigo 30º
(Prestação obrigatória de serviços)

1. Os táxis devem estar à disposição do público de acordo com o regime de estacionamento que lhes for fixado, não podendo ser recusados os serviços solicitados em conformidade com a tipologia prevista no presente Regulamento, salvo o disposto no número seguinte.
2. Podem ser recusados os seguintes serviços:
 - a) Os que impliquem a circulação em vias manifestamente intransitáveis pelo difícil acesso ou em locais que ofereçam notório perigo para a segurança do veículo, dos passageiros ou do motorista;
 - b) Os que sejam solicitados por pessoas com comportamento suspeito de perigosidade.

Artigo 31º
(Abandono do exercício da actividade)

1. Salvo caso fortuito ou de força maior, bem como de exercício de encargos sociais ou políticos, considera-se que há abandono do exercício da actividade sempre que os táxis não estejam à disposição do público durante 30 dias consecutivos ou 60 interpolados dentro do período de um ano.

Artigo 32º
(Transporte de bagagens e de animais)

1. O transporte de bagagens só pode ser recusado nos casos em que as suas características prejudiquem a conservação do veículo.
2. É obrigatório o transporte de cães guia de passageiros invisuais e de cadeiras de rodas ou outros meios de marcha de pessoas com mobilidade reduzida, bem como de carrinhos e acessórios para o transporte de crianças.
3. Não pode ser recusado o transporte de animais de companhia, desde que devidamente acompanhados e acondicionados, salvo motivo atendível, designadamente a perigosidade, o estado de saúde ou de higiene.

Artigo 33º
(Regime de preços)

1. Os transportes em táxi estão sujeitos ao regime de preços fixados em legislação especial.
2. O regime tarifário deve estar em local bem visível pelos passageiros.

Artigo 34º
(Taxímetros)

1. Os táxis devem estar equipados com taxímetros homologados e aferidos por entidade reconhecida para efeitos de controlo metrológico dos aparelhos de medição de tempo e de distância.
2. Os taxímetros devem estar colocados na metade superior do tablier ou em cima deste, em local bem visível pelos passageiros, não podendo ser aferidos os que não cumpram esta condição.

Artigo 35º
(Motorista de táxi)

1. No exercício da sua actividade os táxis apenas poderão ser conduzidos por motoristas titulares de certificado de aptidão profissional.
2. O certificado de aptidão profissional para o exercício da profissão de motorista de táxi deve ser colocado no lado direito do tablier, de forma visível para os passageiros.

Artigo 36º
(Deveres do motorista de táxi)

1. Os deveres do motorista de táxi são os estabelecidos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto.
2. A violação dos deveres do motorista de táxi constitui contra-ordenação punível com coima, podendo ainda ser determinada a aplicação de sanções acessórias, nos termos do estabelecido nos artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto.

CAPÍTULO VI

FISCALIZAÇÃO E REGIME SANCIONATÓRIO

Artigo 37º
(Entidades fiscalizadoras)

São competentes para a fiscalização das normas constantes do presente Regulamento, a Direcção - Geral de Transportes Terrestres, a Câmara Municipal, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia Municipal.

Artigo 38º
(Contra-ordenações)

1. O processo de contra-ordenação inicia-se officiosamente mediante denúncia das autoridades fiscalizadoras ou de particular.
2. A tentativa e a negligência são puníveis.

Artigo 39º

(Competência para a aplicação das coimas)

1. Sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades fiscalizadoras pelos artigos 27.º, 28.º, 29.º, no n.º 1 do artigo 30.º e no artigo 31.º, bem como das sanções acessórias previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, constitui contra-ordenação a violação das seguintes normas do presente Regulamento, puníveis com coima de 149,64 Euros a 448,92.
 - a) O cumprimento de qualquer dos regimes de estacionamento previstos no artigo 9.º;
 - b) A inobservância das normas de identificação e características dos táxis referidas no artigo 6.º;
 - c) A inexistência dos documentos a que se refere o n.º 3 do artigo 7.º;
 - d) O incumprimento do disposto no artigo 8.º;
 - e) O abandono da exploração do táxi nos termos do artigo 31.º;
2. O processamento das contra-ordenações previstas nas alíneas anteriores compete à Câmara Municipal e a aplicação das coimas é da competência do presidente da Câmara Municipal.
3. A Câmara Municipal comunica à Direcção-Geral de Transportes Terrestres, as infracções cometidas e respectivas sanções.

Artigo 40º

(Falta de apresentação de documentos)

A não apresentação da licença do táxi, e do alvará ou da sua cópia certificada no acto de fiscalização constitui contra-ordenação e é punível com a coima prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo anterior, salvo se o documento em falta for apresentado no prazo de oito dias à autoridade indicada pelo agente de fiscalização, caso em que a coima é de 49,88 Euros a 249,40.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 41º

(Regime supletivo)

Aos procedimentos do concurso para atribuição das licenças são aplicáveis, subsidiariamente e com as necessárias adaptações, as normas dos concursos para aquisição de bens e serviços.

Artigo 42º

(Casos omissos)

Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na interpretação do preceituado no presente Regulamento, serão resolvidos pela Lei que sobre a matéria neles contida

esteja em vigor, e, na falta desta, serão dirimidas por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 43º
(Regime transitório)

1. A instalação de taxímetros prevista no n.º 1 do artigo 33.º deste Regulamento, de acordo com o estabelecido no artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, e no artigo 6.º da Portaria n.º 277- A/99, de 15 de Abril, na redacção da Portaria n.º 1318/2001 de 29 de Novembro, deve ser efectuada até ao dia 31 de Dezembro de 2002.
2. O início da contagem de preços através dos taxímetros terá início simultaneamente em todas as localidades do Município, dentro do prazo referido no número anterior e de acordo com a calendarização a fixar por despacho do Director Geral de Transportes Terrestres.
3. O serviço a quilómetro previsto no artigo 27.º do Decreto n.º 37 272, de 31 de Dezembro de 1948, mantém-se em vigor até que seja cumprido o estabelecido nos números anteriores.

Artigo 44º
(Norma revogatória)

São revogadas todas as disposições regulamentares aplicáveis ao transporte em táxi que contrariem o estabelecido no presente Regulamento.

Artigo 45º
(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a afixação nos lugares públicos do costume dos editais que publicitem a sua aprovação.

REGULAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS LIGEIOS DE PASSAGEIROS - TRANSPORTES EM TÁXI.

ALTERAÇÕES

Considerando:

1. Que a fixação do contingente de "táxis" na área do Município está cometida à Câmara Municipal pelo artigo 11.º do Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros;
2. Que na fixação daquele contingente, constante do n.º 4 do artigo 11.º do citado regulamento não foram levados em conta, por desconhecimento, falta de elementos no arquivo municipal e deficiente informação da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, alguns lugares já existentes, e atribuídos por via de concurso aos respectivos lugares;
3. Que importa repor, quanto antes, a existência daqueles lugares no contingente, de forma a compatibilizá-lo com a situação actual, evitando, assim, possíveis reclamações ou recursos dos detentores de tais licenças:

Proponho:

Que o contingente aprovado em reunião de 22/05/2002 seja fixado de acordo com o quadro seguinte:

FREGUESIA	N.º TÁXIS	ESTACIONAMENTO	REGIME
S. Martinho de Bougado	5	Parque Nossa Senhora das Dores	Condicionado
Idem	2	Estação de Caminhos-de-Ferro	Condicionado
Idem	2	Hospital da Trofa	Condicionado
Idem	2	Mercado Municipal	Condicionado
Santiago de Bougado	2	Largo do Cruzeiro - Lagoa	Condicionado
Idem	1	Largo do Fontenário	Condicionado
Idem	2	Lugar de Souto de Bairros	Condicionado
S. Mamede do Coronado	2	Largo da Feira Nova	Fixo
S. Romão do Coronado	3	Estação de Caminhos-de-Ferro	Fixo
Muro	2	Estação de Caminhos-de-Ferro	Fixo
Guidões	2	Lugar da Igreja	Fixo
Alvarelhos	1	Lugar de Casais - Junto à Igreja	Fixo
Covelas	1	Lugar do Outeiral	Fixo